



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2021



IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643

Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz







IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2021



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule

Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão

Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio

Direcção de Controlo das Participações

Roberto de Sousa

Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio

Direcção de Governação Corporativa

Ana Tembe

Direcção de Administração e Finanças

Stélio Chang

Direcção de Desenvolvimento Investimento

Nomier Bazo

Gabinete Jurídico

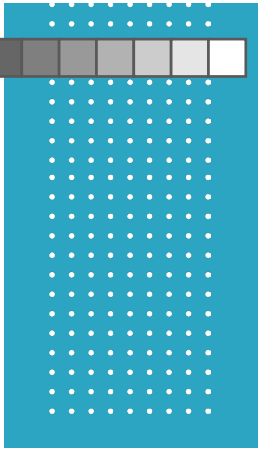
EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe

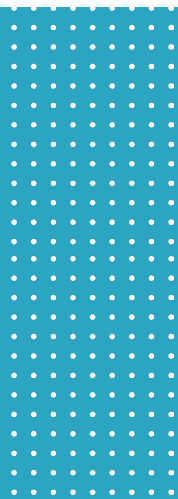
Assessor do Conselho de Administração do IGEPE



INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2021



ÍNDICE

ÍNDICE	i
LISTA DE ABREVIATURAS	ii
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO	iii
MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES	iv
ÓRGÃOS	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS	2
2.1. No Âmbito do Controlo de Participações	2
2.2. No Âmbito da Governação Corporativa	8
2.3. No Âmbito de Investimentos	12
2.4. No Âmbito da Administração e Finanças	15
2.5. No Âmbito da Gestão de Pessoal e Formação	18
2.6. No Âmbito da Área de Património	19
2.7. No Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional	21
2.8. No Âmbito da Assistência Jurídica	21
2.9. No Âmbito da Auditoria Interna	25
2.10. No Âmbito das Aquisições	27
3. PERSPECTIVAS PARA 2022	28

LISTA DE ABREVIATURA

AG	Assembleia Geral
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ALC	África Leasing Company
ARV'S	Antirretrovirais
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BCI	Banco Comercial de Investimentos
CA	Conselho de Administração
CAIC	Complexo Agro-Industrial de Chókwè
CIM	Companhia Industrial de Moçambique
CPCV	Contracto Promessa de Compra e Venda
DAF	Direcção de Administração e Finanças
DCP	Direcção de Controlo das Participadas
DDI	Direcção de Desenvolvimento Institucional
DGC	Direcção de Governação Corporativa
DI	Direcção de Investimentos
EGP	Estatuto do Gestor Público
ECMEP	Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
FARMAC	Empresa Estatal de Farmácia
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GTT'S	Gestores, Técnicos e Trabalhadores
IBC	Indústria de Borracha e Calçado
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
MCEL	Moçambique Celular
MEDIMOC	Empresa Moçambicana de Exportação e Importação de Medicamentos
MIREME	Ministério de Recursos Minerais e Energia
MoU	Memorandum of Understanding
USD	Dólar Norte Americano
PETROMOC	Petróleo de Moçambique
PGR	Procurador-Geral da República
PM	Primeiro-Ministro
S.A	Sociedade Anónima
S.A.R.L	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEMOG	Sementes de Moçambique
STEIA	Empresa de Aluguer de Equipamentos
TDM	Telecomunicação de Moçambique
TdR	Termos de Referências
TMCEL	Moçambique Telecom

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

É com grande satisfação que comunicamos a aprovação do Relatório Anual de Actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) referente ao ano de 2021. Este relatório detalha o balanço das iniciativas realizadas em conformidade com o Plano de Actividades e Orçamento, alinhadas com as metas estabelecidas no Programa Quinquenal do Governo (2020-2024). O relatório reflecte o compromisso contínuo do IGEPE com o desenvolvimento e a dinamização do sector empresarial do Estado (SEE).

O ano de 2021 foi desafiador devido à persistência da pandemia da COVID-19, que continuou a afectar significativamente a economia global. No entanto, o IGEPE demonstrou notável resiliência e adaptabilidade, alcançando uma execução de 97% das suas actividades programadas. Este desempenho é um testemunho do empenho e da capacidade de adaptação da nossa instituição frente às circunstâncias adversas.

Entre as diversas iniciativas realizadas, destacam-se o Plano de Acção Abrangente para a LAM, onde foi elaborada uma estratégia detalhada para revitalizar a empresa, assegurando a sua eficiência e sustentabilidade; a aprovação de decretos relevantes sobre medidas legislativas importantes para melhorar o funcionamento das empresas do SEE, reforçando o quadro regulatório e operacional; e a reestruturação financeira e gestão dos recursos do Estado das empresas estratégicas, incluindo a recapitalização da EDM e a conversão de dívidas em aumento de capital para a LAM e a ADM. Além disso, a realização de Assembleias-Gerais e a geração de receitas acima das expectativas evidenciam o progresso substancial no fortalecimento das empresas participadas pelo Estado. O desempenho excepcional de empresas como ENH, CFM, MOZAL e HCB foi crucial para esses resultados positivos.

Adicionalmente, o relatório destaca o compromisso contínuo do IGEPE em supervisionar e controlar as empresas, sobretudo, através da monitoria do processo de endividamento, das participações financeiras e das práticas operacionais relativas aos procedimentos internos, planos estratégicos, planos de negócios, planos de investimento e outros indicadores de desempenho, com foco especial na gestão de riscos, em particular o risco fiscal. Em relação à assistência às empresas, foi intensificada a monitoria para verificar a conformidade com as boas práticas de governação corporativa e o combate às práticas antiéticas. Outrossim, as projecções para 2022, apesar dos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19, preveem um crescimento de 33% na arrecadação da receita total em comparação com 2021.

Os resultados deste relatório reafirmam o compromisso contínuo do IGEPE com a promoção do crescimento sustentável e a maximização do potencial das empresas do SEE em Moçambique. Estamos confiantes de que, com o mesmo espírito de colaboração e resiliência, continuaremos a alcançar os nossos objectivos estratégicos nos anos vindouros.

Maputo, aos 25 de Fevereiro de 2022



Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES



Missão

Gerir o Sector Empresarial do Estado e as respectivas participações financeiras e sociais, no contexto dos princípios de boa governação corporativa, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.



Visão

Ser referência na gestão do Sector Empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do país.



Objectivo Geral

Reforçar a capacidade de gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado, visando a prestação de contas e a captação de receitas para o tesouro público.



Valores

- a) **Liderança** na gestão do sector empresarial do Estado e das suas participações sociais e financeiras;
- b) **Transparência** na gestão da coisa pública;
- c) **Empenho** no cumprimento da missão e das metas estabelecidas nos planos e programas de trabalho;
- d) **Responsabilidade** na gestão das participações do Estado;
- e) **Colaboração** para criação de sinergias e parcerias;
- f) **Inovação** na gestão e boas práticas de governação corporativa; e
- g) **Responsabilidade Corporativa** com os colaboradores, parceiros e partes interessadas.

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mario Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de
Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro
de Controlo das Participações

**Albertina Furquia
Fumane**
Administradora não Executiva

Danilo Nalá
Administradora não
Executiva

CONSELHO FISCAL

Isabel Sumar
Presidente

Félix Macane
Vogal

Etivalda Guirruço
Vogal



INTRODUÇÃO

O ano de 2021 foi marcado por um intenso esforço na implementação das acções delineadas no Plano de Actividades e Orçamento (PAO) pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE). Este relatório apresenta o balanço das iniciativas realizadas, alinhadas com as metas estabelecidas no Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), reflectindo o compromisso contínuo com o desenvolvimento e a dinâmica do sector empresarial do Estado (SEE).

Apesar dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, que tem afectado profundamente a economia global, o IGEPE demonstrou notável resiliência ao executar positivamente 97% das suas actividades programadas para o ano de 2021. Este feito é testemunho do empenho e da adaptabilidade da instituição face das circunstâncias adversas.

No decorrer do ano, diversas iniciativas foram realizadas, abrangendo uma ampla gama de áreas de intervenção. Destacam-se, entre outras, a elaboração de um plano de acção abrangente para a LAM e a aprovação de decretos relevantes para o funcionamento eficiente das empresas do SEE. A reestruturação financeira e a gestão cuidadosa dos recursos do Estado foram prioridades, reflectidas na aprovação de medidas como a recapitalização da EDM e a conversão de dívidas em aumento de capital para empresas-estratégicas como a LAM e a ADM.

Além disso, a realização de Assembleias-Gerais e a geração de receitas acima das expectativas demonstram o progresso substancial alcançado no fortalecimento das empresas participadas pelo Estado. O desempenho excepcional de empresas como ENH, CFM, MOZAL e HCB contribuiu significativamente para esse resultado, evidenciando a eficácia das estratégias adoptadas.

Este relatório oferece uma visão abrangente do balanço das acções realizadas em 2021, destacando não apenas os resultados tangíveis alcançados, mas também os desafios enfrentados. Em última análise, reafirma o compromisso contínuo do IGEPE com a promoção do crescimento sustentável e a maximização do potencial das empresas do SEE em Moçambique.

2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS

2.1. No Âmbito do Controlo de Participações

2.1.1. Acções Estratégicas Planificadas

Neste âmbito foram planificadas as seguintes actividades: continuar o processo de reestruturação das empresas do sector empresarial do Estado para a sua viabilização e rentabilização; reforçar as medidas de supervisão e controle das empresas do sector empresarial do Estado; elaborar o relatório e contas consolidado do sector empresarial do Estado; aumentar a arrecadação de receitas de capital para o Tesouro Público; e finalizar o processo de liquidação de empresas.

2.1.2 Principais Actividades Realizadas

O IGEPE iniciou o ano de 2021, com 71 empresas, sendo 12 Públicas, 17 maioritariamente participadas, 12 minoritárias, 28 para alienação, duas em processo de liquidação, e uma Fundação. Refira-se que ao longo de 2021 foram retiradas da carteira a Sociedade Moçambicana de Gases Comprimidos (MÓGAS), S.A, a Sociedade EMO-PESCA, S.A, Empresa Correios de Moçambique, EP e a Sociedade DOMUS, SA. A 31 de Dezembro de 2021, a carteira do IGEPE era composta por 66 empresas, sendo 11 Públicas, sete exclusivas, nove maioritariamente participadas, 12 minoritárias, 22 para alienação, quatro em processo de liquidação e uma Fundação.

Referir que comparativamente a 01 de Janeiro de 2021, em que o universo de participações era de 71, verificou-se uma redução de cerca de 8%, como resultado da conclusão do processo de alienação de seis participações sociais, designadamente: GERALCO, Sociedade EMO-PESCA, S.A, MEXTUR, Lda., MOGÁS, S.A., Agro-Alfa Fundação e INAR – Fabrica de Refrigerante SPAR de Chamanculo.

a) **Processo de Reestruturação das Empresas do Sector Empresarial do Estado para a sua Viabilização e Rentabilização**

Foi provado pelo Conselho de Ministros, o Decreto-lei n.º 1/2021, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico de aposentação obrigatória dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE) beneficiários da Previdência Social dos funcionários e agentes do Estado abrangidos pelo redimensionamento do SEE. Este instrumento permitirá a aceleração dos processos de reforma da força laboral excedentária por via

da Previdência Social nas empresas TMCEL, S.A; RM, E.P; CORREIOS de Moçambique, E.P. e TVM, E.P;

Foi realizada a Avaliação Estratégica da EMEM, S.A., tendo o consultor apresentado três propostas alternativas, nomeadamente: revisão da missão; transformação em empresa pública; e dissolução da sociedade e transferência dos seus activos para a ENH, E.P. ou IGEPE.

Foi aprovado pelo Conselho de Ministros, o Decreto n.º 31/2021, de 31 de Maio, que dissolve a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A. (EMEM). Foi ainda aprovado pelo Conselho de Ministros, o Decreto n.º 32/2021, de 31 de Maio, que extingue a Empresa Nacional de Correios de Moçambique, E.P. O Conselho de Administração do IGEPE, em Junho, nomeou as Comissões Liquidatárias para as duas empresas tendo estas iniciado as suas tarefas com vista a liquidar as entidades num intervalo não superior a 18 meses.

Foi aprovado pelo Conselho de Ministros, na sessão do dia 25 de Maio de 2021, a autorização para a alienação total da participação do Estado e do IGEPE na empresa DOMUS, S.A.

Foi alteração o modelo de governação corporativa nas empresas TRANSMARÍTIMA, S.A. e FARMAC, S.A, de Conselho de Administração para uma Direcção-Geral, com vista à redução de custos e revitalização operacional.

Foi iniciado o processo de saneamento laboral da TRANSMARÍTIMA, S.A, que culminará com a indemnização da maior parte dos trabalhadores, até a decisão sobre o futuro da empresa, a ser determinado pelo Conselho de Ministros.

Foi elaborado um plano de acção para a componente operacional, financeira e de recursos humanos da LAM, S.A. com vista a conduzir-se um processo de consultoria

para assessorar ao accionista na tomada de decisões estratégicas, por um período de três anos. Ainda neste contexto, foi recebida a anuência do MTC para se prosseguir com a contratação da consultoria para a reestruturação da LAM, SA, prevendo-se o seu arranque no primeiro trimestre de 2022. Foram desembolsados para a empresa LAM, S.A um total 211,4 milhões de Meticais no âmbito do apoio à COVID-19, visando assegurar a manutenção das operações.

Elaborada a proposta de Decreto para a fusão das empresas HICEP e RBL, E.P., aguardando-se pela aprovação pelo Conselho de Ministros.

Submetida e apreciada favoravelmente a versão final da Estratégia de Viabilização e Rentabilização do SEE pela empresa de consultoria First Metical.

Foram aprovados pelo MEF na vertente da reestruturação financeira, as seguintes medidas:

- a) Recapitalização da EDM, E.P. através do saneamento da dívida por via de Acordos de Retrocessão;
- b) Realização de Capital Social na PETROMOC, S.A, através da inscrição de uma verba anual no Orçamento do Estado e aprovada a emissão de garantias bancárias para importação de combustível através do BNI; e
- c) Aprovada a conversão das dívidas dos Acordos de Retrocessão em capital social na TMCEL, S.A. estando a empresa;

Na sequência da consultoria para o apoio na negociação da venda de participações sociais das empresas CORREIOS de Moçambique, E.P; DOMUS, S.A; STEMA, S.A; e EMOSE, S.A., foi apresentado pela firma Intellica o progresso do trabalho, sendo de destacar os seguintes:

- a) CORREIOS de Moçambique, E.P: Finalizada a avaliação dos imóveis a nível nacional bem como o due dilligence estando em curso a finalização dos TdR para o lançamento do concurso para a venda de imóveis no primeiro trimestre de 2022;
- b) DOMUS, S.A: Concluída a *due dilligence*, a avaliação dos imóveis e avaliação financeira da sociedade, estando-se a finalizar os TdR para o lançamento do concurso para a venda da participação do IGEPE no primeiro trimestre

de 2022, após a manifestação do direito de preferência pelos sócios minoritários;

- c) STEMA, S.A: Processo de *due diligence* e avaliação patrimonial já finalizado, estando-se a apurar o valor de mercado; e
- d) EMOSE, S.A: Iniciado o processo de *due diligence* e avaliação dos activos fixos nas províncias.
- e) Finalizada a parceria entre os governos de Moçambique e Brasil na sequência do apoio à fábrica de produção de soros e medicamentos da SMM, S.A, e assinado o acordo de doação dos equipamentos. A doação irá permitir a incorporação destes activos no capital social da sociedade.

b) Reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas através da consolidação dos mecanismos de monitoria das empresas do SEE

Analisados e aprovados os planos de actividades e orçamento para 2022, incluindo a aprovação dos Relatórios e Contas referente ao exercício económico de 2020, de 12 empresas públicas e 26 participadas.

Realizado o acompanhamento da implementação do Plano Anual e Orçamento da empresa RBL, EP, Carteira Móvel, PETROMOC, BNI, Sociedade Notícias e EMODRAGA, E.P.

c) Elaboração do Relatório e Contas Consolidado das Empresas do Sector Empresarial referente ao Exercício Económico de 2021

Foram realizados dois workshops de lançamento do projecto, um com o IGEPE e outro envolvendo todas as empresas do SEE. Os participantes incluíam os PCA's e seus Administradores Financeiros. O objectivo das sessões era apresentar a equipe de consultoria da Ernest & Young, assim como as diferentes etapas do projecto e os produtos a serem desenvolvidos. Estes incluíam o perímetro de consolidação de contas, o manual de procedimentos, o plano de formações, o sistema integrado de gestão para consolidação de contas e os prazos para a elaboração dos relatórios consolidados. A elaboração do primeiro relatório consolidado estava prevista para o primeiro trimestre de 2022.

Foi partilhado com os administradores financeiros das empresas abrangidas, o pacote de reporte financeiro (reporting package) que visa a elaboração do relatório consolidado. Entretanto, devido a constrangimentos no processo de preenchimento do mesmo, o relatório consolidado poderá ser produzido apenas no primeiro trimestre de 2023.

Além disso, foram ainda elaborados e aprovados os termos de referência para a contratação até ao primeiro trimestre de 2022, de uma consultoria responsável por estabelecer um sistema integrado de gestão para a consolidação de contas do SEE.

d) Arrecadação de Receitas de Capital para o Tesouro Público

No ano de 2021, o orçamento previsto para as receitas de capital era de 4.834 milhões de Meticais. No entanto, foi declarado um total de 5.345 milhões de Meticais em receitas de dividendos, além de 43,4 milhões em receitas de alienação. Isso resultou num total de 5.389 milhões de Meticais, representando um aumento de 11% em relação à meta anual estabelecida. Esse aumento foi principalmente impulsionado pela declaração de dividendos da HCB, S.A., que superou o planificado em 32%.

Assim, em 2021 foram arrecadado 5.889 milhões de Meticais de receitas de capital, dos quais 5.845 milhões de Meticais são provenientes de dividendos e 44,7 milhões de Meticais das receitas de alienações de participações sociais.

Destaca-se de entre as razões para a arrecadação de receitas acima da meta (1.176 milhões de Meticais), as seguintes: o recebimento de receitas de dividendos acima do planificado no valor de 486 milhões de Meticais; e o registo de receitas extraordinárias no valor de 689.8 milhões de Meticais, pagos pelas empresas CFM, E.P., ENH, E.P e CMH, S.A relativo aos dividendos de exercícios anteriores.

As receitas de dividendos representam 99% das receitas totais arrecadadas e contribuíram para este resultado as empresas: HCB, S.A, CFM, E.P, BIM, S.A., Mozal, S.A, ENH,

E.P., CMH, S.A, BNI, S.A., CMG, S.A e EMOSE, S.A. A empresa HCB, E.P. representa a maior contribuição com cerca de 2.596 milhões de Meticais.

Refira-se que, por falta da autorização da Inspeção Nacional dos Seguros não foram transferidos na íntegra os dividendos declarados pela EMOSE, S.A. Assim, falta ainda por receber, o valor remanescente dos dividendos declarados na ordem de 190 milhões de Meticais.

Por sua vez, as receitas de alienação representam 1% do total das receitas arrecadadas para o período em análise, resultam da alienação de 33,75% da participação do Estado na MOGÁS, S.A. (12,5 milhões de Meticais), 25% da participação na Mextur, S.A. (um milhão de Meticais), Emeritus, S.A (29,1 milhões de Meticais), Emopesca (valor simbólico de 1MT pelo facto da venda ter sido efectuado a uma entidade do Estado), Agro-Alfa (558 mil Meticais) e pagamento de uma prestação da participação de 20% na GERALCO (200 mil Meticais) e da GAPI (520 mil Meticais).

e) **Processo de Liquidação de Empresas**

No âmbito do Processo de Alienação de Participações Sociais foram seleccionadas 13 empresas, tendo sido alcançado o seguinte progresso:

- a) Remetidas sete escrituras públicas ao Cartório Notarial Privativo do Ministério da Economia e Finanças para assinaturas, relativos as empresas GERALCO, SA (20%), Fábrica de Refrigerantes de Gaza – INAR (20%); PINTEX Beira (40%); Diário de Moçambique, SA (20%), CEGRAF, SA (20%) e Agro-Alfa Fundição, SA (10% GTT's e 10% Estado), Estabelecimento da Fábrica de Refrigerantes MAC-MAHON de Chamanculo (20%), Vulcanizadora de Moçambique, SARL e STEIA, SA (20%).
- b) Remetida a escritura pública de compra e venda da empresa Metalúrgica Industrial, Lda (20%) ao Cartório Notarial Privativo do Ministério da Economia e Finanças para assinatura, pese embora não conste da carteira de saneamento;
- c) Realizado o trabalho de base na Chá Namae, SA, aguardando-se pela assinatura do despacho de adjudicação; e
- d) Finalizada a negociação com os adjudicatários das empresas STEIA, SA,

SOMECA, SA e MADAL, SA, aguardando-se pelos respectivos pagamentos.

No âmbito dos processos de liquidação de empresas, destacam-se as seguintes acções:

- a) Elaboradas as três escrituras de liquidação para as ECMEP's Sul, Centro e Norte, aguardando-se pelas declarações de quitação do INSS, de modo a incorporar no processo para a sua formalização.
- b) Negociada com potenciais compradores, a venda dos estaleiros localizados nas cidades de Cuamba e Mandimba, província de Niassa, estimando-se arrecadar 4.136.299,46MT e 4,115,743.86MT, respectivamente.
- c) Finalizado o processo de levantamento de dados referente às reivindicações dos ex-trabalhadores das extintas empresas Estatais Agrárias e Florestais, na zona sul do país, estando em processo a elaboração dos relatórios definitivos por parte da Comissão Multisectorial.
- d) Efectuado o pagamento dos salários em atraso, prê-aviso e indemnização a 434 dos 572 ex-trabalhadores da extinta, empresa Avícola de Nampula, no montante de 38.155.500,00MT, faltando por pagar 138 ex-trabalhadores.
- e) Efectuado o pagamento de indemnização aos trabalhadores da EMATUM, SA; MAM, SA e EMEM, SA.
- f) Acordadas soluções extrajudiciais com os principais credores da EMEM, SA (BIM, BCI).
- g) Elaborado o orçamento para a indemnização dos trabalhadores da Correios de Moçambique, EP (em liquidação).

2.2. No Âmbito da Governação Corporativa

2.2.1. Acções Estratégicas para 2021

As acções estratégicas relevantes incluíram a revisão dos instrumentos de governação corporativa das empresas do sector empresarial do Estado; assegurar a realização das Assembleias-Gerais nas empresas do sector empresarial do Estado; garantir a gestão transparente nas empresas do sector empresarial do Estado; e definir os critérios para a remuneração dos Órgãos Sociais das empresas do sector empresarial do Estado.

2.2.2. Principais Actividades Realizadas

a) Revisão dos Instrumentos de Governação Corporativa do Sector Empresarial do Estado

Ao longo do período em análise foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- (i) Levadas a cabo acções no âmbito dos instrumentos de gestão e de governação corporativa, bem como no relacionamento interinstitucional;
- (ii) Elaborada a proposta de revisão do Estatuto do Gestor Público, com vista a adequá-lo à nova legislação do sector empresarial do Estado, bem como à lei da Probidade Pública;
- (iii) Elaborados e em processo de harmonização para posterior aprovação em Assembleia-Geral, a Política Anti-Corrupção, o Código de Ética e Manual de Governação Corporativa da empresa HCB;
- (iv) Elaborada e aprovada a Política de Governação Corporativa da EDM;
- (v) Em apreciação a proposta de Política Anti-Corrupção da EDM;
- (vi) Em revisão os Estatutos das Açucareiras de Xinavane e de Moçambique, para ajustá-los à legislação vigente. Foram ainda feitas as adequações dos respectivos modelos de governação às perspectivas de actuação do grupo Tongaat em Moçambique.

b) Realização das Assembleias-Gerais nas Empresas do Sector Empresarial

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2021, tinham sido planificadas a realização de 41 sessões de Assembleias-Gerais ordinárias, das quais 22 das empresas públicas e 19 das participadas pelo Estado. No total foram realizadas 87 Assembleias-Gerais, o que representa um grau de cumprimento de 100%. Destas sessões, 57 foram ordinárias e 30 extraordinárias.

No cômputo geral, as assembleias realizadas serviram para apreciar e deliberar sobre: os relatórios e contas do exercício económico de 2020; a aplicação de resultados do exercício económico; o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2022; a matriz de desempenho económico e financeiro; planos de endividamento; política de endividamento; Contratos de Gestão e de Mandatos; metodologia de Avaliação de

Desempenho; os processos de reestruturação, que incluíram a alteração dos modelos de governação, alienação de participações sociais e liquidação das sociedades; a eleição dos membros dos órgãos sociais e estatutárias; a fixação ou revisão das remunerações dos órgãos sociais e estatutários; e os instrumentos de gestão e de governação corporativa das empresas.

No processo de preparação e realização das Assembleias-Gerais, foram elaborados 87 guiões para as sessões de Assembleia-Geral, como preparação das matérias e dado o parecer para obtenção do sentido de voto; elaboradas 87 matrizes das deliberações das Assembleias-Gerais, que contêm as decisões dos accionistas; e divulgadas as decisões e recomendações tomadas nas 87 Assembleias-Gerais.

c) Garantir a gestão transparente nas empresas do sector empresarial do Estado

No ano de 2021, estava prevista a celebração de contratos de gestão e de mandatos com os gestores públicos de três empresas: EMOSE, Sociedade do Notícias e TMCEL. No entanto, foi concluída a elaboração e harmonização dos contratos de cinco empresas, incluindo a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, EMOSE, Sociedade do Notícias, Sociedade Moçambicana de Medicamentos e a TMCEL.

Dessas, os contratos foram assinados apenas com duas empresas: Sociedade do Notícias e Sociedade Moçambicana de Medicamentos. Os contratos da HCB já foram aprovados pela Assembleia-Geral e aguardam a conclusão da matriz de indicadores de desempenho para a assinatura.

Para a EMOSE, os contratos estão pendentes de aprovação em Assembleia-Geral, que foi adiada para Janeiro de 2022, antes da posterior assinatura. Quanto aos contratos da TMCEL, estão aguardando apenas pela assinatura.

Foi igualmente planificada para este período, a assinatura dos contratos de gestão e de mandato para quatro empresas públicas, a saber, ENH, CFM, TVM e RM. Durante o período foi concluída a elaboração e harmonização dos contratos das quatro empresas, e foram já assinados com duas, designadamente a CFM e ENH. Os contratos referentes às empresas TVM e RM, aguardam pela conclusão da harmonização das matrizes de indicadores de desempenho, tendo em conta a sua função eminentemente social.

Foi também iniciada a harmonização dos contratos de gestão e de mandato da ENPCT, que aguardam pela aprovação do plano de negócios para a elaboração da matriz de indicadores e posterior assinatura.

Foi assegurada a monitoria dos mandatos dos membros dos órgãos sociais e coordenado o processo de eleição e tomada de posse dos gestores públicos e representantes do Estado, em 10 empresas do SEE, nomeadamente, HCB, TVM, ENPCT, FARMAC, SMM, BIM, MONTE BINGA, PETROMOC, CONPANHIA DE SENA, CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE, COCA-COLA e CMH.

Foi feita a recolha da informação e actualizada a Base de Dados dos gestores públicos e representantes do Estado do SEE, representando uma execução de 100% do planificado.

d) Funcionamento das Comissões Especializadas no Sector Empresarial do Estado

Durante o período em análise, a Comissão de Investimentos, Gestão do Risco e Dívida dos CFM foi criada. Houve uma reestruturação na composição das comissões nas empresas ENH e EDM, além de assegurar o pleno funcionamento de todas as comissões, incluindo ENH, EDM, PETROMOC e CFM. Foram elaborados para todas essas comissões, os respectivos termos de referência detalhados e regimentos de funcionamento.

Ao longo deste período, as Comissões de Investimento, Gestão do Risco e Dívida, desenvolveram as seguintes actividades:

- (i) Electricidade de Mocambique, E.P.: analisada a proposta de conversão e saneamento da dívida da empresa; analisada a proposta da venda das participações sociais da SASOL NEW ENERGY (SNE) na Central Térmica da Resano Garcia (CTRG); e analisado o processo para necessidade de reforço do orçamento na rubrica de energia da empresa.
- (ii) Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P.: analisada a proposta de transmissão do interesse participativo da ENH na Área Mazenga; analisada a estrutura de endividamento à luz das garantias emitidas pelo Estado; analisado o refinanciamento do crédito com o BCI; e analisado o Acordo de parceria para a atribuição das participações da SASOL.

- (iii) PETROMOC, S.A: analisados os projectos de investimento e a proposta para alienação de um imóvel; e analisado o Plano Estratégico e Operacional da empresa.

Foi assegurado o funcionamento das comissões de remuneração de 12 empresas, nomeadamente, CFM, EDM, RM, EMODRAGA, DOMUS, SMM, FARMAC, ENPCT, EMOSE, TMCEL, AÇUCAREIRA DE XINAVANE e TRANSMARITIMA, que se pronunciaram sobre matérias ligadas aos seus órgãos sociais, incluindo a política remuneratória dos trabalhadores. Esta actividade foi desenvolvida na íntegra o que representa uma realização de 100% em relação ao planificado.

Foi também revista a composição das comissões de remuneração das empresas ENH, CFM e EDM.

e) Outras Actividades

Foi assegurada a preparação e participação do IGEPE e das empresas, no colóquio sobre o sector empresarial do Estado, um evento organizado pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo era apresentar os resultados das pesquisas de um grupo de estudantes de doutoramento e mestrados, sobre matérias ligadas a este grupo de empresas. Como resultado, prevê-se a realização no mês de Outubro, de um encontro onde o IGEPE irá apresentar sobre o SEE e o seu papel como entidade que gere e coordena as empresas.

Foram realizadas visitas de trabalho às empresas EMODRAGA, CFM-Linha de Ressano Garcia, HICEP e RBL com o objectivo de acompanhar as actividades em curso e de conhecer melhor os projectos de investimento em curso, no âmbito dos processos de reestruturação ou de novas iniciativas para garantir a rentabilização e sustentabilidade futura das operações.

2.3. No Âmbito de Investimentos

2.3.1. Acções Estratégicas

Constituem acções estratégicas no âmbito de investimentos, as seguintes: implementar a Estratégia de Investimentos do sector empresarial do Estado; analisar e acompanhar os planos e projectos de investimentos das empresas do SEE; avaliar e monitorar as parcerias público-privadas nas empresas do sector empresarial do Estado; assegurar a elaboração, a monitoria e a avaliação da matriz de desempenho económico-fi-

nanceiro das empresas do SEE; assegurar a elaboração, a monitoria e a avaliação dos Contrato-Programa das empresas do SEE; elaborar a matriz de controlo de riscos para as empresas do SEE e efectuar a sua monitoria; monitorar os limites de endividamento nas empresas do SEE; e monitorar o desempenho económico-financeiro das empresas do SEE.

2.3.2. Principais Actividades Realizadas

Durante o ano de 2021, foram executadas positivamente sete actividades de um total de oito programadas.

a) No âmbito da reestruturação das empresas do SEE

- (i) Garantir a implementação da estratégia de investimentos do sector empresarial do Estado: foram investidos 465,9 milhões de meticais com vista a garantir a continuidade das operações, com participação accionista e a reestruturação das empresas, na forma de aumento de capital e de suprimentos, nas empresas LAM, EMEM, MEDIMOC, FARMAC, TRANSMARITIMA e Sociedade do Noticias.
- (ii) Avaliar participações sociais
 - Alienada a participação do Estado nas empresas MOGÁS, MEXTUR e EMERITUS, S.A, por via do direito de preferência dos demais sócios, no âmbito do processo de desinvestimento nas participações não estratégicas e que tendencialmente não distribuem dividendos;
 - Aprovado pelo governo o desinvestimento do Estado em diversas sociedades não estratégicas, sendo por liquidação a CORREIOS de Moçambique, EP. e a EMEM, SA e por alienação da participação do Estado a DOMUS, SA. e a STEMA, SA. Foi igualmente contratada uma consultoria para proceder a avaliação económico-financeira e patrimonial, bem como apresentar o valor de referência para a alienação das participações acima, consideradas não estratégicas.
 - Concluída a avaliação do património das empresas em liquidação: CORREIOS de Moçambique, EP., EMEM, SA, STEMA, SA. e em alienação da participação: DOMUS, SA., respectivamente, estando a decorrer a elaboração dos termos de referência para o lançamento do con-

curso público para a venda do património e participação do Estado.

- Reiterada a comunicação aos accionistas da COMPANHIA INDUSTRIAL da MATOLA e CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.

b) No âmbito da Consolidação dos Mecanismos da Monitoria do Desempenho Económico-financeiro das Empresas

Realizada a avaliação e a monitoria das participações indirectas e das PPP's através do Modelo de Avaliação de Desempenho das Empresas (MADE), com base na informação extraída dos relatórios e contas auditados das empresas referentes ao exercício de 2020.

- (i) No âmbito da avaliação e monitoria dos projectos de investimentos do SEE

ENH, E.P.: avaliada a transmissão do interesse participativo da ENH, E.P., na Área de Mazenga "Onshore"; Elaborada a proposta de criação da sociedade ENH Financing.

EDM, E.P.: elaborada a Proposta de Recapitalização da EDM, E.P – Saneamento da Dívida pelos Acordos de Retrocessão; e avaliada o projecto de Renúncia ao exercício do Direito de Preferência sobre a venda das participações sociais da SASOL NEW ENERGY (SNE) na Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG); avaliado o estudo de viabilidade da Central Térmica de Tetereane com vista a permitir a participação da EDM em 5% em regime de free carry.

ADM, E.P.: avaliado o projecto de construção de um Hospital Multidisciplinar em Regime de Parceria Público-Privada com capacidade para 150 a 200 camas para servir o mercado moçambicano, bem como a Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Tanzânia.

FUNAE, I.P.: avaliada a proposta de alteração do modelo de negócios da Fábrica de Painéis Solares de Moçambique (FPSM), através de um estudo desenvolvido em parceria com o Department for International Development (DFID);

DOMUS, S.A.: elaborado o projecto de construção de um condomínio multi-uso, DOMUS Dulci.

OUTROS PROJECTOS: avaliação do projecto de PPP para construção de um centro de Hemodialise no Hospital Provincial da Matola; e elaborada a Ficha Técnica de Ava-

liação de Projectos de investimentos do SEE, e em curso a elaboração do Manual de Avaliação de Projectos de investimentos.

- (ii) Participar na elaboração e monitorar os Contratos Programa e a Matriz de Indicadores de Desempenho Económico-financeiro das empresas do SEE

Contratos Programa: assinados com o MEF das empresas LAM, TVM, RM, ENPCT, HICEP, RBL e INM no âmbito da cobertura do serviço social por estas prestado; assinados com o IGEPE, em representação do governo, os Contratos-Programa das empresas LAM e HICEP, estando prevista assinatura dos restantes até a primeira quinzena de 2022; elaborada a Matriz de Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro; e elaborada as matrizes das empresas: ENH, EP., CFM, EP., TVM, EP., DOMUS, S.A, Sociedade do Noticias, SA., EMOSE, SA., EMODRAGA SA. PETROMOC, SA. Está em processo, a elaboração da matriz para as empresas RM, EP., TC MEL, SA., SMM, SA., LAM, SA. e BNI, SA.

c) No âmbito da Redução do Risco Fiscal

Monitoria dos limites de endividamento nas empresas do SEE e Avaliação do Risco Fiscal

Elaborado o relatório sobre a dívida do SEE a constar do Relatório Anual da Dívida Pública referente ao exercício económico de 2020; elaborado o relatório trimestral sobre a dívida do SEE, referente ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2021; e compilada a informação sobre o risco de algumas empresa do SEE, para efeitos de elaboração do Relatório do Risco por parte do MEF. Em curso a elaboração do relatório interno sobre o endividamento do SEE.

Ainda neste período, foi revisto o plano de pagamento da terceira e última fase aos ex-trabalhadores da MAGMA, num total de 890 trabalhadores, correspondente a 130 milhões de Meticais, passando do segundo para o terceiro trimestre devido à falta de apresentação de documentação por parte da Comissão dos Ex-trabalhadores.

2.4. No Âmbito da Administração e Finanças

2.4.1. Actividades Planificadas

Constituem actividades planificaste as seguintes: garantir a execução do orçamento; melhorar e garantir a gestão do património do IGEPE; e garantir o desenvolvimento do capital humano do IGEPE.

2.4.2. Principais Actividades Realizadas

Elaboração da Conta de Gerência: elaborada a Conta de Gerência e submetida a Inspeção Geral das Finanças e ao Tribunal Administrativo para a devida prestação de contas.

Auditorias Interna e Externa: feito o esclarecimento a Inspeção-Geral das Finanças (IGF); feito o acompanhamento aos auditores do Tribunal Administrativo e a auditoria das contas do IGEPE pelo KPMG, do ano de 2020; e elaborado o relatório do contraditório do Tribunal Administrativo das contas de 2019.

Execução Orçamental

Receita Total: a receita orçamentada para o exercício económico de 2021, foi no valor de 4.864,9 milhões de Meticais. Durante o período em análise, foi arrecadado o valor de 5.916,6 milhões de Meticais, que representa um grau de realização de 122%.

A realização acima do esperado, deveu-se ao desempenho extraordinário da ENH, CFM, Mozal e HCB que distribuíram dividendos muito acima do planificado, justificado pelo recebimento de receitas de dividendos acima do planificado no valor de 486 milhões de Meticais; registo de receitas extraordinárias no valor de 689,8 milhões de Meticais, pagos pelas empresas CFM, E.P., ENH, E.P e CMH, S.A, relativo aos dividendos de exercícios anteriores.

Alienadas as seguintes participações: MOGÁS; GERALCO; Agro Alfa; MEXTUR; Fábrica de Refrigerantes MAC – MAHON; GAPI; EMERITUS; Diário de Moçambique.

Receita do Estado

Arrecadada 5.465,3 milhões de Meticais de Receita do Estado. Este valor, representa um grau de realização de 125% se comparada com a orçamentada para o exercício económico de 2020 (4.387,1 milhões de Meticais).

Receita do IGEPE

Análise da Execução Orçamental da Receita do IGEPE: foi prevista a arrecadação de 477,8 milhões de Meticais, e até ao período em análise, o IGEPE arrecadou 451,3 milhões de Meticais, o que corresponde a 94% de realização.

A realização da receita total de apenas 94% do planificado deveu-se a distribuição dos dividendos do BIM e CMH que estão abaixo do planificado e muito em particular a

Emose que aguarda pela decisão do regulador para a distribuição dos mesmos.

Despesas do Estado no Domínio Empresarial

Para 2021, nesta componente de despesa foi orçamentado o valor de 830 milhões de Meticais, tendo sido executado o valor na totalidade, o que correspondente a uma realização de 100% - Operações Financeiras Activas do Estado.

Foram feitos os seguintes desembolsos:

- a) EMATUM – 81.783.073,69 Meticais: referente ao pagamento dos salários em atraso, indemnizações e INSS dos colaboradores, visando o cumprimento da recomendação da Procuradoria-Geral da República de liquidação da empresa;
- b) EMEM – 69.097.769,55 Meticais: referente ao pagamento de salários, indemnizações, pré-aviso, INSS, IRPS e Previdência Social dos trabalhadores, por conta da paralisação da empresa;
- c) Proindicus – 56.711.425,20 Meticais: referente ao pagamento de salários em atraso;
- d) EMPRESAS AGRÁRIAS – 46.999.500,00 Meticais: referente ao pagamento do valor parcial das indemnizações aos trabalhadores, por conta da paralisação da empresa;
- e) MAM - 26.310.213,46 Meticais: referente ao pagamento dos salários em atraso, para o cumprimento da recomendação da Procuradoria – Geral da República, por conta do processo de liquidação em curso;
- f) FARMAC – 12.000.000,00 Meticais: referente a realização do capital social;
- g) TRANSMARÍTIMA – 11.054.893,88 Meticais: pagamento de salários em atraso;
- h) Sociedade do Notícias – 7.805.316,80 Meticais: referente ao pagamento da realização de 50% do capital social do Estado e indemnização do ex-administrador;
- i) Custas Judiciais – 7.025.617,81 Meticais: referente ao pagamento de custas judiciais a favor da SEMOC e EMATUM ;

- j) Têxtil de Mocuba – 3.691.180,00 Meticaís: referente ao pagamento do passivo laboral dos ex-trabalhadores da extinta Têxtil de Mocuba;
- k) SOGIR – 1.324.350,00 Meticaís: referente ao pagamento de salário em atraso da funcionária da sociedade Fornecimentos Gerais de Moçambique, Lda, uma das sociedades pertencentes a SOGIR SA;
- l) Comissão Liquidatária – 619.706,28 Meticaís: referente ao pagamento da CL da MAM, Proindicus e EMATUM;
- m) GAPI – 388.000,00 Meticaís: referente a realização de capital.

Despesas do IGEPE

Análise Orçamental da Despesa do IGEPE

Para o presente exercício económico foi orçamentado o valor de 327.7 milhões de Meticaís, e até ao período em análise a execução da despesa foi de 312.5 milhões de Meticaís, que correspondente a 95% do previsto.

O baixo nível de realização nos Bens de Capital é resultante da baixa execução na rubrica de serviços (consultoria), pelo facto de ter havido atrasos no início da consultoria da consolidação, devido a pandemia da COVID-19.

Da mesma forma, a pandemia de COVID-19 levou o IGEPE a uma nova consciencialização, orientando os seus colaboradores a recorrer às unidades sanitárias e clínicas apenas em casos de extrema necessidade, devido ao maior risco de infecção nesses locais. Como resultado, os colaboradores do IGEPE e seus dependentes reduziram suas visitas aos hospitais, resultando numa diminuição significativa (78%) nos gastos com assistência médica.

2.5. No Âmbito da Gestão de Pessoal e Formação

O IGEPE conta com um universo de 64 colaboradores incluindo os membros dos órgãos sociais, sendo 34 homens (53%) e 30 mulheres (47%).

O quadro de pessoal do IGEPE foi reforçado por via da mobilidade através da transferência de dois funcionários, do Instituto Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação (INTIC) e da Direcção Nacional de Contabilidade Pública (DNCP), que se encontram afectos na Direcção de Desenvolvimento Institucional e Direcção de Controlo das Participações, respectivamente.

Capacitações e Formações

Foram ministradas pelos Ministérios da Economia e Finanças (MEF) e da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) e pelo CEDSIF, capacitações em matérias de instrução de processos disciplinares, Sistema Nacional de Arquivo e Modulo de Planificação, Orçamentação-MPO, do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) e da respectiva plataforma informática (E-SNGRHE). No total, participaram das formações um total de nove colaboradores do IGEPE.

- a) Dois colaboradores beneficiaram de formação em matérias ligadas a Elaboração de Quadro de Pessoal e Tabelas Remuneratórias e Planificação Estratégica e Liderança, ministradas pela Consultaria, Pesquisa e Estudos Científicos na cidade da Matola.
- b) No âmbito da campanha de desligamento e fixação da respectiva pensão de aposentação dos funcionários e agentes de estado com requisitos para a aposentação obrigatória, foi iniciado o processo de desligamento de três colaboradores, sendo dois funcionários e um agente do serviço, cuja a previsão de desligamento é primeiro trimestre de 2022.
- c) Relativamente aos instrumentos de gestão, foi aprovado em Sede de Conselho de Administração, o Regulamento de Bolsas de Estudos para os colaboradores do IGEPE.
- d) No âmbito das medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19, o IGEPE em parceria com o BNI e MEF, inoculou os trabalhadores e seus dependentes nos meses de Julho e Agosto de 2021. E por forma a evitar a contaminação e propagação da pandemia dentro da instituição, tem instado os colaboradores a reforçarem as medidas de prevenção.
- e) No âmbito do cumprimento das orientações da Inspeção do Ministério da Administração e Função Publica realizado no ano de 2020, foram iniciadas no mês de Setembro de 2021 as sessões de estudo Colectivo de Legislação.

2.6. No Âmbito da Área de Património

No âmbito do melhoramento da gestão do património do IGEPE, foram planificadas e realizadas no período em referência as seguintes actividades: Manutenção e Repa-

ração dos Imóveis: feita a manutenção e reparação dos três imóveis do IGEPE; Manutenção e Reparação de Viaturas: foram neste período para manutenção e reparação, cincoviaturas da instituição; Manutenção e Reparação de Equipamentos: feita a manutenção e reparação dos seguintes equipamentos: Gerador, UPS, Elevador, Máquinas Fotocopiadoras, aparelhos ar condicionado e impressora; Pagamento de Seguros (Ramo de Automóveis e Habitação): renovados os seguros de sesis viaturas; Pagamento de Manifestos e Taxas de Rádios das Viaturas: pagamento dos manifestos e taxas de rádio de todas as viaturas da instituição; Segurança Estática: segurança estática no edifício da instituição, casa de função e do parque de viaturas para os funcionários do IGEPE; Outros Serviços: garantiu-se a desinfecção das instalações do IGEPE e medição de temperatura corporal aos funcionários e de todos os utentes das instalações da instituição, no âmbito das medidas de prevenção ao COVID-19. Foi ainda feita a limpeza diária nas instalações e a manutenção dos jardins e da casa de função do IGEPE.

No âmbito da gestão do Stock de Economato (Material de Escritório, Consumíveis e Bens Alimentícios)

- Garantiu-se neste período o fornecimento de: Material de Escritório; Material Informático e Consumíveis; Produtos Alimentícios, de Limpeza, Higiene e Conforto; e Material e Produtos de desinfecção no âmbito de prevenção de COVID-19.

Aquisições: adquiriu-se 11 aparelhos ar condicionado para a Instituição, sendo 2 de 12.000 BTU's e 9 de 9.000 BTU's; adquiriu-se 15 Laptops para alguns Técnicos do IGEPE; adquiriu-se um Sistema de Videoconferência; adquiriu-se uma Máquina Fotocopiadora; adquiriu-se uma Impressora; adquiriu-se Router para o SISTAFE; adquirida e colocada uma protecção em material acrílico no balcão da recepção, como medida de prevenção contra o COVID 19; adquiriu-se mobiliário do escritório; adquiriu-se uma viatura ligeira para trabalhos de expediente da instituição; adquiriu-se uniforme para a rececionista, motoristas e serventes; adquiriu-se dois televisores, um de 32" e outro de 45" polegadas, para a instituição.

Inventariação dos bens Patrimoniais: concluído o processo de inventariação dos bens patrimoniais adquiridos em 2020 e a respectiva colagem das etiquetas; inventariados e colocadas as respectivas etiquetas dos bens adquiridos em 2021; e lançado o Imobilizado no sistema referente ao Exercício económico de 2021.

Abate do equipamento: iniciado o processo de abate de diversos equipamentos da

instituição; elaborados os termos de abate para equipamentos diversos da instituição (uma viatura de marca Toyota Corolla e onze aparelhos de ar condicionado) e expedidos para a Direção Nacional do Património Do Estado (DNPE) para a devida aprovação; até à data apenas o processo respeitante à proposta de abate dos aparelhos de ar condicionado foi respondido e autorizado, estando em curso o processo para o abate a nível do IGEPE (preparação do edital e do anúncio), em conformidade com as orientações da DNPE; o processo de abate dos aparelhos de ar condicionado decorrerá no próximo de Janeiro de 2022.

2.7. No Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional

2.7.1. Actividades Planificadas

Constituem actividades planificadas as seguintes: garantir os princípios de planificação estratégica, operacional, Controlo e monitoria das actividades do IGEPE; integrar acções estratégicas do SEE nos Planos do MEF; e garantir a modernização e o funcionamento dos sistemas de informação e comunicação.

2.7.2. Actividades Realizadas

- a) Efectuada a monitoria do cumprimento das actividades planificadas.
- b) Feita a avaliação e elaborado o relatório das actividades planificadas.
- c) Elaborados e enviados ao MEF os balanços e as respectivas matrizes trimestrais.
- d) Elaborado e enviado ao MEF o Projecto de Fortalecimento de Governança do IGEPE. Projecto solicitado pelo Banco Mundial através do MEF e tem como objectivo apoiar a implementação do Governo na gestão dos recursos públicos para a prestação de serviços em vários domínios.
- e) Realizadas e outras em curso, actividades de actualização, apetrechamento e modernização do IGEPE com equipamento informático, no âmbito do melhoramento do suporte tecnológico institucional.
- f) Preparada e mobilizadas as empresas do SEE a participarem na 56ª Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), que culminou com a montagem do pavilhão denominado SEE, e que foi merecedor do prémio de pavilhão mais informativo e inovador.

2.8. No Âmbito da Assistência Jurídica

2.8.1. Actividades Planificadas

Foram planificadas as seguintes actividades: garantir a assessoria jurídica e judiciária; elaboração do Decreto-lei sobre a aposentação obrigatória do SEE; assegurar a aprovação do Estatuto-Modelo das Empresas Públicas (EP's) pelo Conselho de Ministros; elaboração da proposta de Decreto que estabelece as modalidades e os critérios para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos estatutários do SEE; elaboração da Proposta de revisão do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto n.º 28/2005, de 23 de Agosto; prestar assessoria às sessões do Conselho de Administração; garantir a representação do IGEPE junto às instâncias judiciais; coordenação e melhoramento do arquivo do IGEPE.

2.8.2. Actividades Realizadas

Legislação

- a) Elaborado, aprovado e publicado o Decreto-lei n.º 01/2021, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico de aposentação obrigatória dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado;
- b) Elaborada a proposta Decreto que introduz alterações ao Decreto n.º 28/2005, de 23 de Agosto (Estatuto do Gestor Público);
- c) Elaborada e redimensionada a proposta de decreto que estabelece as modalidades e os critérios para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos estatutários do SEE e submetida ao Ministério da Economia e Finanças;
- d) Elaborada a proposta decreto que introduz alterações ao Decreto n.º.

46/2001, de 21 de Dezembro (que cria o IGEPE), bem como a proposta de alteração do Estatuto Orgânico.

Assessoria Jurídica e Judiciária

- a) Assessoria à Direcção de Governação Corporativa na elaboração da proposta dos Estatutos modelo, das EP's, aguardando-se o agendamento para apresentação ao Conselho de Ministros;
- b) Assegurada a assessoria jurídica à Direcção de Investimentos na elaboração da proposta de decreto que estabelece as modalidades e os critérios para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos estatutários do SEE, tendo esta sido apresentado na Reunião de Preparação do Conselho de Ministros, aguardando-se por um novo agendamento.
- c) Assessoria jurídica à Direcção de Governação Corporativa na elaboração da proposta do decreto e articulado do Estatuto do Gestor Público, aguardando-se o agendamento para apresentação ao Conselho de Ministros;
- d) Assessoria jurídica na preparação dos Conselhos de Administração, sendo esta uma actividade rotineira.
- e) Garantida a representação do IGEPE junto dos Tribunais Judiciais, Tribunal Administrativo, junto do Ministério Público / PGR, diante do Provedor de Justiça e de todo o aparelho judicial em geral.
- f) Assessoria jurídica à Direcção de Controlo das Participações, à área de Administração e Finanças, à UGEIA, às Comissões Liquidatárias constituídas pelo IGEPE, as empresas em liquidação, prestada assessoria no acompanhamento do IGEPE às audições nas Comissões da Assembleia da República.

Gestão da Documentação

Feita a coordenação do arquivo do IGEPE através do acompanhamento da organização da documentação do mesmo.

2.8.3. Petições 2021

- a) Garantido o controlo do circuito geral do expediente e as respostas às petições submetidas no IGEPE e elaboradas as matrizes das petições numa base mensal.

- b) Em 2021 o IGEPE recebeu um total de 691 Petições, das quais 528 respondidos e 63 processos em análise/tramitação. Em termos de resposta, o grau de cumprimento foi de 76%.

2.8.4. Outras Actividades

- a) Elaborado e aprovado pelo Conselho de Ministros, o Decreto nº 32/2021, de 31 de Maio, que extingue a CORREIOS de Moçambique, E.P.
- b) Elaborado e aprovado pelo Conselho de Ministros o Decreto nº 31/2021, de 31 de Maio, que dissolve a EMEM, S.A;
- c) Autorizada, pelo Conselho de Ministros, a alienação das participações sociais do Estado e do IGEPE na DOMUS, S.A.;
- d) Elaborada a proposta de decreto de fusão da HICEP, E.P. e RBL, E.P.;
- e) Elaborada (e já assinada) a proposta de Acordo de Utilização Provisória das Licenças da MEDIMOC, S.A;
- f) Elaborada (e já assinada) a proposta de Acordo de Cedência Provisória do Património da MEDIMOC, S.A;
- g) Elaborado (em articulação com a Direcção de Administração e Finanças) e assinado o Termo de Entrega e Recepção Provisória do Património da MEDIMOC, SA;
- h) Elaborado (em articulação com a Direcção de Administração e Finanças) e assinado o Termo de Entrega Provisória das Licenças da MEDIMOC, S.A;
- i) Elaborado o contrato de compra e venda da quota do IGEPE na MEXTUR, Lda., aguardando-se pela homologação da respectiva escritura pública;
- j) Elaborada (em articulação com a Direcção de Investimentos) a proposta de Resolução do Conselho de Ministros que autoriza a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. abreviadamente designada por ENH, a constituir a empresa ENH Financing (DIFC) Ltd nos Emirados Árabes Unidos;
- k) Elaborada (em articulação com a Direcção de Investimentos) a Proposta de Resolução do Conselho de Ministros que autoriza a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P., a Alienar 20.000 Acções Tituladas na ENH FLNG

Um, S.A. para a ENH Rovuma Área 4, S.A, Concessionária ao abrigo do Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção da Área 4;

- l) Proposta de Resolução do Conselho de Ministros que Autoriza a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Empresa Pública, a Constituir a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Captiva, Sociedade Anónima, abreviadamente designada por ENH, Captiva, S.A.
- m) Elaborado (em articulação com a Direcção de Investimentos) e assinado o Acordo Parassocial entre o IGEPE e a empresa Mozambique Holdings, Lda;
- n) Elaborada (em articulação com a Direcção de Investimentos) a Escritura Pública de constituição de uma sociedade anónima denominada Hospitais Nacionais de Moçambique, S.A., celebrada entre o Estado Moçambicano, através do IGEPE e a sociedade Mozambique Holdings, Lda.

2.9. No Âmbito da Auditoria Interna

2.9.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas foram melhorar os procedimentos de controlo interno, e produzir pareceres aos relatórios de execução orçamental a todas empresas que recebem subsídios de exploração.

2.9.2. Actividades Realizadas

- a) Durante o ano de 2021 o Gabinete de Auditoria Interna (GAI) realizou as seguintes actividades: conclusão da elaboração do manual de procedimentos administrativos e financeiros; elaboração de relatórios trimestrais sobre o grau de execução do orçamento do IGEPE; acompanhamento da elaboração da Conta de Gerência do IGEPE e verificar a sua conformidade; efectuar testes de conformidade para avaliar a fiabilidade e o nível de confiança dos sistemas de controlo interno implementados; efectuar testes substantivos para confirmar a legalidade, eficiência e eficácia no uso dos recursos financeiros postos à disposição; e emitir pareceres sobre os processos de procurement e outros processos administrativos.
- b) No que tange ao melhoramento dos procedimentos de controlo interno foi elaborado o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros, para além de concebidos e aprovados modelos de gestão, nomeadamen-

- te: Modelo de Relatório de viagem; Plano de Tesouraria Mensal (receita prevista e despesa fixada); Mapa Comparativo de Tesouraria (planificado/realizado); Ficha de Controlo de Viatura; Ficha de Controlo de Abastecimento de Viatura; eFicha de Controlo de Manutenção e Reparação de Viatura.
- c) Foi efectuado o inventário ao economato e introduzidas fichas de prateleiras e requisições individuais de material, para permitir melhor controlo.
 - d) Efectuada a verificação dos processos de despesas, tendo-se constatado a falta de alguns documentos justificativos tendo-se procedido à sua organização.
 - e) No âmbito da monitoria da correcta aplicação da legislação de procurement foram verificados todos os processos de procurement e emitidos os respectivos pareceres.
 - f) Na avaliação do cumprimento das recomendações do Tribunal Administrativo, Inspecção-Geral de Finanças, Inspecção-Geral da Função Pública e dos Auditores Externos, procedeu-se ao acompanhamento das recomendações.
 - g) Ao nível do Departamento do Património, constatou-se que algumas recomendações do Tribunal Administrativo ainda não tinham sido cumpridas, nomeadamente: a incorporação no inventário de alguns bens adquiridos e não inventariados em 2018; identificar a viatura de marca Nissan Centra - ADF 300 MC como património do Estado; o pagamento do Imposto de Selo por parte dos 7 beneficiários de alienação de viaturas. Entretanto, todas as recomendações já foram cumpridas.
 - h) Acompanhamento da execução dos Planos de Actividades e Orçamento de todas as empresas do SEE que recebem subsídio de exploração, através da verificação e avaliação dos relatórios trimestrais, foram analisados os respectivos relatórios individuais e emitidas as respectivas recomendações.
 - i) Na avaliação da conformidade da Conta de Gerência do exercício económico de 2020, o Gabinete de Auditoria Interna participou na elaboração da Conta de Gerência do Exercício Económico de 2020.

- j) No que tange à aferição da veracidade da denúncia dos colaboradores da Empresa Regadio do Baixo Limpopo, E.P (RBL), foi realizada uma auditoria tendo sido elaborado o respectivo submetido ao Conselho de Administração o relatório sobre as constatações. Uma cópia do relatório foi remetida ao Ministério de Economia e Finanças e outra ao Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural como órgão de tutela.

2.10. No Âmbito das Aquisições

2.10.1. Principais Actividades

Constituíram actividades planificadas, garantir a contratação de serviços, fornecimento de Bens e empreitada de obras públicas ao IGEPE; monitorar a execução dos contratos de serviços e de empreitadas de obras no IGEPE com observância do previsto nas modalidades de pagamento e término do contrato; e participar no processo de pagamento de facturas através do sistema electrónico Módulo do Património do Estado (MPE).

2.10.2. Actividades Realizadas

Em 2021 a UGEA, obedecendo aos trâmites de procurement, foram lançados concursos pelas diversas modalidades de contratação, tendo sido contratados 42 fornecedores para o fornecimento de diferentes bens e serviços. Dos 42 contratos celebrados, 36 já possuem anotação do Tribunal Administrativo; três ainda aguardam pela anotação do Tribunal Administrativo; e três por enviar ao TA e a UFSA.

3. PERSPECTIVAS PARA 2022

- a) Com os mecanismos de supervisão e controlo das empresas, o IGEPE prevê continuar a monitorar o processo de endividamento das empresas, as participações financeiras e as práticas operacionais das empresas, através de procedimentos internos, planos estratégicos, planos de negócios, planos de investimento, bem como de outros indicadores de desempenho, como a gestão de riscos, em particular o risco fiscal.
- b) Será intensificada a assistência às empresas para se conformarem com as boas práticas de governação corporativa e combate a práticas antiéticas.
- c) Apesar das vicissitudes decorrentes da pandemia do Coronavírus, para o ano 2022, prevê-se para a arrecadação da receita total um crescimento de 33%, se comparado com o exercício económico 2021.
- d) Nas receitas de capital, 83% provirá da contribuição das empresas HCB (34%), EMOSE (21%) e CFM (19%).



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2021



IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643

Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz

